

SOUSA GALITO, Maria (2009). Entrevista ao Dr. Francisco Mantero. CI-CPRI, ENT-CPLP, N.º1, pp. 1-5.

ENT-CPLP: Entrevistas sobre a CPLP



Entrevista ao Dr. Francisco Mantero

Secretário-geral do Conselho Empresarial da CPLP

26 Maio 2009, 11h, Lisboa.

Bom dia Dr. Francisco Mantero, agradeço a disponibilidade que manifestou para a realização desta entrevista. Gostaria de lhe fazer algumas perguntas. Os principais objectivos do Conselho Empresarial estão a ser cumpridos?

Eu acho que estão a ser cumpridos, tendo em conta os meios disponíveis que não são muitos.

Quais são os meios disponíveis?

São os que existem. A minha função é a de secretário-geral. Eu obedeco às instruções que a Direcção me dá. As instruções são em função dos meios disponíveis e estes são muito escassos; para não dizer quase inexistentes.

Temos um programa para 2009 que começava a ser executado em princípio de Março em Bissau. Infelizmente tivemos que cancelar, por causa dos trágicos acontecimentos. Agora vamos continuar o que estava programado. Em Dezembro de 2008 fizemos uma programação para 2009 e financiámo-la exclusivamente com fundos de empresas portuguesas.

A décima-segunda reunião terá agora lugar em Lisboa no dia 17 de Junho e uma conferência no dia dezoito. A décima-quarta reunião terá lugar em Fortaleza (Brasil) a 29 de Setembro e haverá um grande evento paralelo, que é o encontro de negócios em língua portuguesa. Estamos a estudar a possibilidade de um evento em Dezembro, por ocasião da mudança do Conselho Empresarial da Guiné-Bissau para Moçambique mas ainda não está completamente definido; e estamos a ver se é possível compatibilizar isso com o Fórum Empresarial Ibero-Americano que se realiza em Portugal precisamente em Dezembro.

Estamos a avançar. Fizemos recentemente um estudo sobre o funcionamento e representatividade do Conselho Empresarial. É uma resolução de 24 de Julho de 2008. Temos o documento preparado e vai ser submetido a apreciação e decisão na reunião de 17 de Junho, em Lisboa.

Quais são os principais obstáculos à mobilidade dos empresários no espaço lusófono?

Os vistos. Não é em todos os países, os portugueses movem-se com alguma facilidade. Mas há um problema com os vistos que podia ser melhorado.

Relativamente aos países lusófonos que não têm convenções entre eles, há um problema fiscal que é o da dupla tributação. Diria que são os dois temas mais recorrentes.

A questão burocrática é ainda um grande problema?

Ao nível da criação de problemas não tenho conhecimento que seja um grande obstáculo. Não é uma queixa sistemática. Mas tudo pode melhorar.

E ao nível das condições de financiamento?

É um assunto grave num contexto de crise financeira. Os portugueses criaram a SOFID que passou a integrar o sistema das instituições financeiras europeias para o desenvolvimento, que estão a ter muita procura, porque os bancos comerciais estão a sair dos países em desenvolvimento.

Quer ao nível do Banco Mundial tem feito um esforço grande ao nível do financiamento das economias de África, para que os países em desenvolvimento não sejam tão afectados por esta crise internacional, que é muito injusta para eles porque não fizeram nada para que isto acontecesse. São vítimas em duplicado.

Mas enfim, a questão do financiamento é uma questão que me preocupa muito, devo dizer-lhe.

E ao nível das leis do trabalho?

Há problemas nalguns países da CPLP, que são restritivos ao emprego de estrangeiros, por uma razão ou por outra. Nesta matéria ainda haveria muito que fazer, para que houvesse uma maior flexibilidade, uma maior abertura quando se trata de cidadãos da CPLP. Estamos disponíveis para ajudar mas não temos poder para mais do que isso.

A diplomacia económica desenvolvida pelos Estados nos últimos anos, está mais próxima dos empresários. Tem havido apoio estadual aos empresários em processo de internacionalização? Os empresários costumam queixar-se?

É tudo muito relativo. Temos de observar as economias tal como elas são. Portugal e o Brasil apostam claramente uma internacionalização das suas empresas. Há um grande investimento português no Brasil e do Brasil em Portugal. Angola começa a internacionalizar a sua economia, com algumas empresas a investir em Portugal em áreas como a Banca e as Telecomunicações. Angola está agora a internacionalizar-se para a Guiné-Bissau.

Talvez seja melhor reformular a questão. Que tipo de necessidades é que os empresários têm quando actuam em mercados da CPLP? Que tipo de queixas fazem? Do que é que eles sentem falta e não têm à sua disposição?

Os empresários, em todo o mundo, procuram oportunidades de negócio. Surjam estas oportunidades onde surgirem. Os empresários não estão restringidos ao espaço da CPLP. Se as oportunidades fora da CPLP forem melhores, os empresários aproveitam.

Não ficam à espera, portanto, que os Estados-membros da CPLP criem essas oportunidades para eles.

É evidente que se um país estiver mais aberto ao investimento estrangeiro, for mais fácil de visitar, tenha hotéis em condições, telecomunicações e meios de comunicação... tudo ajuda ao intercâmbio entre empresas.

E tem havido muito intercâmbio entre empresas de países lusófonos?

Nós hoje em dia assistimos a um grande movimento de negócios entre empresas em Estados-membros da CPLP. Podiam citar-se muitos casos concretos. É uma questão muito importante, sobretudo relativamente ao que se passava há alguns anos atrás, sobretudo no sector mineiro, das obras públicas, ... há muitos investimentos portugueses em Angola e em Moçambique; do Brasil em Angola e Moçambique...

Mas as associações comerciais não costumam queixar-se de haver pouca cooperação entre associações? De que os empresários ainda são muito individualistas na forma como abraçam os seus projectos e avançam para os mercados de destino?

Têm de explicar essas queixas. O que lhe posso dizer é que existe muito investimento de empresas importantes como a GALP, a EDP, o Banco Espírito Santo, a Caixa Geral de Depósitos, e de pequenas e médias empresas, por exemplo, no Brasil. Ou no turismo, o Grupo Pestana, o Grupo Vila Galé, alguns dos muitos investimentos portugueses no Brasil. Há mais exemplos. Só não se pode dizer é que não se fez nada, isso é que não se pode.

Há cerca de quinhentas empresas brasileiras a operar em Angola. Também em Angola há empresas portuguesas, no sector bancário, na construção civil; as grandes empresas, praticamente, estão todas em Angola. Muitas empresas de serviços. Tudo isto existe. Pode sempre fazer-se mais. O que não se pode fazer é dizer que não se fez nada.

No dia 28/30 de Setembro vai realizar-se um grande evento em Fortaleza, para o qual todas as Câmaras de Comércio foram convidadas, por isso, vamos ter a oportunidade de discutir essa matéria.

Uma última pergunta. A CPLP vai desenvolver-se mais no âmbito económico? Como visiona os próximos cinco anos nesta matéria?

A CPLP é aquilo que os Estados-membros queiram que ela seja. Não há omeletas sem ovos. Ou não há omeletas grandes só com um ovo. Acho que o secretário-executivo faz um óptimo trabalho com os meios que dispõe; e às vezes até faz mais.

Não vejo que a CPLP possa ir mais para a frente sem uma liderança forte do Brasil, que já é a nona economia do mundo...

O Brasil aspira a membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

E que tem direito a sê-lo, é a minha opinião pessoal. O Brasil possui uma grande dinâmica, é rico em termos humanos, possui grande massa crítica, país muito empreendedor. O país tem sido muito bem gerido nos últimos anos. Enfim, há coisas que têm de ser corrigidas. Mas eu sou daqueles que acham que o Brasil será uma potência mundial nos próximos anos. E é muito bom porque fala português.

Outro país que me parece extremamente importante na dinâmica da CPLP é Angola. Poderá tirar partido do crescimento económico que teve nos últimos anos. É um líder regional.

Portugal é um dos Estados-membros mais pobres da União Europeia mas é da União Europeia. Tem esse activo. Portanto, pode ajudar muito no âmbito da CPLP. Mas é preciso vontade política. O Brasil tem essa vontade mas não pode fazer tudo sozinho.

Obrigada, Dr. Francisco Mantero.